



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

LUCAS DE SOUZA SANTOS

**O NOVO ENSINO MÉDIO E O SEU IMPACTO NO ENSINO E NA
APRENDIZAGEM NA HISTÓRIA ESCOLAR**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

LUCAS DE SOUZA SANTOS

**O NOVO ENSINO MÉDIO E O SEU IMPACTO NO ENSINO E NA
APRENDIZAGEM NA HISTÓRIA ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do título de Licenciatura em História, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB - Campus dos Malês.

Orientador: Prof. Dr. Igor Fonsêca de Oliveira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

S236n

Santos, Lucas de Souza.

O novo Ensino Médio e o seu impacto no ensino e na aprendizagem na História escolar /
Lucas de Souza Santos. - 2022.

24 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos
Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Igor Fonseca de Oliveira.

1. Ensino médio - Brasil - Planejamento. 2. História - Ensino médio - Estudo e ensino.
I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 373.981

LUCAS DE SOUZA SANTOS

**O NOVO ENSINO MÉDIO E O SEU IMPACTO NO ENSINO E NA
APRENDIZAGEM NA HISTÓRIA ESCOLAR**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Campus dos Malês.

Aprovado em: 02/08/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Igor Fonsêca de Oliveira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Idalina Maria Almeida Freitas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

RESUMO

O presente trabalho busca compreender os aspectos centrais da reforma do Ensino Médio a partir da perspectiva da educação como prática de construção de conhecimento dentro do contexto escolar, e de como as mudanças que sendo operadas podem impactar sobretudo do ensino de história. Nesse sentido, o trabalho buscará desenvolver as nuances e problemáticas que giram em torno da reforma do Ensino Médio e seus impactos; tanto para os docentes quanto para o público estudantil. As análises serão feitas com base nos documentos que regem a educação nacional, que são os PCNS, LDB, BNCC, além do documento orientador do Novo Ensino Médio. O trabalho tratará ainda de que como a redução do espaço das Ciências Humanas no Ensino Médio encontra-se em consonância com a política educacional mercantil.

Palavras-chave: Ensino médio - Brasil - Planejamento. História - Ensino médio - Estudo e ensino.

ABSTRACT

The present work seeks to understand the central aspects of the Secondary Education reform from the perspective of education as a practice of knowledge construction within the school context, and how the changes that are being operated can impact, above all, the teaching of history. In this sense, the work will seek to develop the nuances and problems that revolve around the High School reform and its impacts; for both teachers and students. The analyzes will be based on the documents that govern national education, which are the PCNS, LDB, BNCC, in addition to the guiding document for New Secondary Education. The work will also deal with how the reduction of the space of Human Sciences in High School is in line with the mercantile educational policy.

Keywords: High school - Brazil - Planning. History - High school - Study and teaching.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	CAPÍTULO 1. O SENTIDO E OS OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA	11
3	CAPÍTULO 2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA	14
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
	Referências	23

1 INTRODUÇÃO

Não há dialogo verdadeiro se não há nos seus sujeitos um pensar verdadeiro.

Paulo Freire

Hoje, no Brasil enfrentamos um dos maiores desafios no âmbito da educação, a luta para reconhecer a sua necessidade e a sua importância para o avanço da sociedade. A sociedade brasileira, de fato, ainda não compreendeu que os nossos problemas sociais e estruturais só serão resolvidos a partir da educação. Sem a educação não há solução! Diante disso, o sentido da educação nos ajuda a nos entender, a compreender o mundo e agir no sentido de transformá-lo.

Nas discussões realizadas pelo pensador da educação Paulo Freire (1967), a essência da educação necessita ser uma prática libertadora e não de dominação. Nesse mesmo caminho pensa o escritor e filósofo Dermeval Saviani (2000, p.55), que indicou que “o dominado não se liberta se ele não vier a dominar aquilo que os dominantes dominam. Então, dominar o que os dominantes dominam é condição de libertação”.

O ensino de História na Educação Básica contribui para o pensamento crítico social do estudante. Todavia, essa contribuição encontra-se ameaçada diante da aprovação Lei N° 13.415/2017, que de forma expressiva reformula toda a estrutura do Ensino Médio, reduzindo drasticamente a carga-horária das disciplinas da área de humanidades, sobretudo da disciplina de História.

Alguns autores e instituições educacionais confrontaram a decisão do governo em reformular o Ensino Médio. Entre os questionamentos que estão sendo postos, existem algumas perguntas que não podem deixar de ser aqui repetidas: onde está a sociedade na contribuição e na discussão acerca da reforma do Ensino Médio? Quem são os reais beneficiados com essa reforma? Esses dois questionamentos serviram de guia para o desenvolvimento desse estudo. Todavia, a consciência de que essas as maiores mudanças que devem ser implementadas pelo Novo Ensino Médio ainda estão em curso, nem sempre será possível responder esses questionamentos com a precisão desejada.

A partir de reflexões teóricas e práticas, entenderemos que o Novo Ensino Médio não é tão simples assim de ser concretizado, ainda mais quando se considera a realidade do sistema educacional do Brasil. Veremos que é necessária uma discussão mais detalhada e densa do tema.

A reforma do Ensino médio era um tema amplamente discutido desde o ano de 2013

pelos poderes políticos, porém a proposta estava em fase de estudo ainda nas instâncias legislativas. Entretanto, só a partir de 2017, após o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, ocorrido um ano antes, que as discussões acerca da aprovação e efetivação do novo ensino médio ganham forças.

O ensino de história, duramente afetado pela reforma do ensino médio, tem sido alvo de diversas discussões entre os autores que estudam o tema do ensino histórico, e das ciências humanas, pensadores como Isabel Farias, Maria Melo, Marcelo Magalhães, Celso Ferretti e Martha Abreu. Também algumas instituições e organizações educacionais rebateram a decisão da reforma. No decorrer deste trabalho, faço menção a nota oficial da Associação Nacional de História, repudiando a decisão do governo em implementar de forma antidemocrática nas escolas o novo modelo do ensino médio.

Junto a intensidade dessa mudança, surge o desafio dos professores de História dentro da sala de aula, que é sobretudo lidar com o fato de que a disciplina pela qual tanto estudou para exercício de sua profissão passa pelo risco de um dia não existir mais no currículo educacional. Para a professora e pesquisadora Flavia Caimi (2015, p. 111) “O desafio de ensinar História neste contexto plural e complexo que emerge na contemporaneidade também interpela as instituições de formação docente, obrigando-as a redefinir acordos mínimos para formar os futuros professores”. É a partir dessa constatação que procuro desenvolver esse estudo e pensar o impacto que a reforma do Ensino Médio pode ocasionar no ensino e na aprendizagem da História escolar.

A formação da consciência histórica, teoria discutida pelo historiador alemão Jorn Rusen (2001), torna a disciplina de história extremamente relevante para pensar que o presente está sempre ligado as situações que aconteceram no passado, ou seja, o presente sempre arremete o ser humano de alguma forma para uma questão do passado. Para ajudar na compreensão da disciplina de História, os professores podem promover questões com os estudantes já vivenciadas para assim trabalhar a consciência histórica.

De fato, a importância do ensino de História na Educação Básica é o fio condutor para a discussão desse trabalho, a reformulação do ensino médio através das leis estabelecidas, podem ser só o começo de uma ação mais cruel das instâncias políticas que formulam as leis educacionais de base. Nesse aspecto, a sociedade em geral tem um papel relevante nesse processo, que é acompanhar de perto o processo do Novo Ensino Médio, ou seja, na prática. Não podemos nos abster disso!

Em um primeiro momento, procurarei abordar acerca da construção e da importância do ensino de História para a formação do conhecimento e de como essa disciplina se constituiu

nas instituições educacionais ao longo do tempo.

No segundo momento, procuro compreender como o processo de mudanças da educação nacional que culminou com a promulgação da reforma do Ensino Médio podem impactar os objetivos da disciplina de História.

Na análise e demonstração desse impacto, irei me ater não apenas aos documentos então produzidos no âmbito do Ministério da Educação, mas ainda ao que disseram os professores de História que atuam na Educação Básica.

2 CAPÍTULO 1. O SENTIDO E OS OBJETIVOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

No Brasil, desde o surgimento do ensino escolar de História, o Estado se mostrou preocupado em acompanhar de perto como as principais mudanças desenvolvidas no plano educacional iriam impactar essa disciplina. No âmbito da História, essas mudanças seriam percebidas somente a partir do ano de 1837, com a criação do Colégio Pedro II, a qual, por sua vez, permitiu que a História se constituísse como disciplina obrigatória no ensino secundário do país.

Tal obrigatoriedade, assim como a sua inserção no espaço escolar no Brasil, se mostraria ser uma medida politicamente importante, principalmente dentro de um contexto marcado por preocupações que pudessem permitir a consolidação de um Estado recém-independente. Todavia, nem mesmo as preocupações nacionais impediram que se passasse a seguir aqui um ensino eurocêntrico, com destaque para o modelo adotado na França, pautado na História Ocidental, inclusive com a adoção dos seus marcos, como salientou o pesquisador Marcelo de Souza Magalhães (2003).

Nesse sentido, personagens ilustres, muitos deles de origem europeia, deveriam se destacar, sobretudo por protagonizarem episódios decisivos no curso da nossa História; os “monstros grandiosos” estavam a decidir os caminhos da humanidade e de cada um de nós, como indicou Jaime Pinsky (2001). Obviamente, existiam preocupações nacionais que não podiam ser respondidos por modelos discursivos europeus.

Partindo desse pressuposto, a história nacional do Brasil, traz um mito fundador na sua estrutura, o mito da brasilidade ou o mito da unificação do estado nacional e da harmonia racial, um país onde a história foi deliberadamente contada por “outros”, e não para “outro”, uma história artificial, que conta sobre a harmonia, mas que não relata o esquecimento deliberado do outro.

A história como disciplina busca compreender o indivíduo em seu tempo e seu espaço, e mais ainda as ações e transformações humanas ou permanentes que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto, como já dizia Marc Bloch.

Para Rodrigues (2017), os fundadores da revista dos Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre acreditavam que os seres humanos são tão complexos em suas individualidades que reduzir a história humana em jogos de poder ou de grandes homens não permitiria que entendesse a sociedade com um mínimo de profundidade. Essa profundidade seria buscar para além da narrativa histórica dos fatos, seria sobretudo, uma história do fato do homem em seu

espaço e tempo, ou seja, uma história problema como ponto de partida a compreensão do indivíduo dentro da perspectiva de sua realidade. Trata-se de um quesito que vem sendo seguido por muitos estudiosos. Ferreira e Marques (2019, p. 37), por exemplo, deixam claro em suas análises que:

a História é um campo do conhecimento que tem como preocupação a análise das vivências humanas e relações sociais em suas múltiplas dimensões temporais e espaciais. Essa análise é possível quando professores e professoras de história procuram estabelecer relações entre as perspectivas temporais do presente com o passado, numa atitude dialogal, recuperando memórias, acontecimentos e fontes documentais, com vistas à produção de narrativas, interpretações, compreensões globais e particulares sobre as realidades históricas. Esta é uma perspectiva que nega a visão de que a História é a ciência que estuda apenas fatos passados, personagens heroicos, datas, utilizando como método central a memorização.

O conhecimento no ensino de história acontece quando ocorre a “a reconstrução, a análise e, posteriormente, a interpretação das evidências dos acontecimentos e das práticas coletivas humanas, na dinâmica de suas transformações”, como ressaltam os autores mencionados acima.

Trazer a discussão do ensino de história, sobretudo dentro da sala de aula, é discutir os caminhos que traçamos anteriormente para a sociedade se tornar o que é hoje, e o que ela será no futuro. Segundo Ferreira e Marques (2019, p. 39),

o ensino de História tem um papel preponderante no estabelecimento das conexões entre os tempos (presente e passado), para que os estudantes possam formar o conceito de temporalidade e assim compreender a dimensão histórica da realidade em que vivem. É preciso haver uma relação significativa entre o sujeito que vai estudar o passado e esse passado (objeto de estudo). Nesse sentido, o passado é algo que acontece, que não está pronto e deverá ser construído pelo historiador. Essa reconstrução é muito dinâmica e modifica-se, tanto espacial quanto temporalmente, responsabilizando-se o professor de História por inserir os alunos na dinâmica histórica das sociedades, estimulando-os na elaboração de problemáticas e articulações com as experiências humanas.

O ensino de história para além de fatos e acontecimentos precisa ser vista como um ponto norteador para o indivíduo compreender as relações humanas ao longo do tempo. Vale ressaltar que a História não é sobretudo a salvadora do universo, entretanto é preciso pensar para além desse pensamento para não correr o risco de fortalecer os debates acerca da inutilidade do ensino de História na estrutura educacional do país, como resalta Lima (2019): O estudo de história não é a salvadora do universo e nem a solucionadora das mazelas da sociedade. Ela nos leva, através de seus diversos conteúdos, à reflexão, a nos sentirmos curiosos a respeito dos acontecimentos, para que assim possamos tomar as nossas decisões e não sermos

levados pelas modas ou opiniões alheias. Ela pode evitar, a depender do trabalho que se faça em sala de aula, que passemos 30 anos da nossa vida sem sabermos qual o nosso papel na sociedade na qual estamos inseridos” (Lima, 2019, p. 103)

Nesse aspecto, a autora questiona: “o que significa estudar história? Em resposta, ela indica que significa que o estudo de História nos proporciona sermos capazes de nos conhecer, de saber quem é o outro diante de mim e quem sou eu diante deste outro”. Nesse sentido, seria essencial entender o significado do porquê estudamos História, ou seja, para além de entender o processo é preciso compreender o real sentido e ao mesmo tempo a importância do ensino de história dentro da Educação Básica do país.

Esse processo de entender a importância do ensino de história para a sociedade, é sobretudo essencial para entendermos o porquê da reforma do ensino médio, e qual a real preocupação da política brasileira para tal urgência. O descumprimento e a desvalorização do ensino de história precisa ser um debate sério a ser discutido pelas diversas instâncias superiores educacionais do Brasil e ao mesmo tempo trazer à tona os seus impactos na disciplina histórica na reformulação do ensino médio.

A partir dessa compreensão ouviremos e entenderemos os desafios e as resistências contra a reforma do ensino médio, especificamente no ensino de história, discussão essa posta no próximo capítulo.

3 CAPÍTULO 2. A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E OS DESAFIOS DO ENSINO DE HISTÓRIA

O processo de mudanças na educação nacional que resultou na aprovação da reforma do Ensino Médio se iniciou no ano de 2013. Naquele momento, a proposta em discussão visava propiciar um ensino estratégico que permitisse aos estudantes da Educação Básica alcançar, mais rapidamente, o mercado de trabalho. Tratava-se, segundo acreditavam, em um meio de relacionar o crescimento econômico com a demanda por mão de obra qualificada.

Nesse aspecto, MOTTA e FRIGOTTO (2017, p. 357) indicam que:

a educação, principalmente a educação profissional, é um fator importante para a retomada do crescimento econômico, uma vez que o investimento em capital humano potencializa a produtividade. Nessa perspectiva, no âmbito da educação, seriam aspectos necessários para elevar as condições de competitividade do Brasil no mercado internacional: o investimento na melhoria da qualidade do Ensino Médio, até mesmo com o aumento da jornada escolar, visando melhores alcances no desempenho escolar; a reestruturação do currículo, ajustando-o às mudanças no mundo do trabalho, em conformidade com a suposta educação do século XXI; a ampliação do número de vagas; e a contenção da evasão escolar.

Tratava-se de um enquadramento da Educação Básica dentro da perspectiva capitalista, com pleno apoio do Estado, que por sua vez, recebia aplausos do empresariado nacional. Nesse sentido, a promulgação da Lei 13.415/2017, ao alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estabeleceu mudanças na estrutura do Ensino Médio que passariam a ser questionadas por muitas entidades.

Muitos dos questionamentos que recaem sobre a nova arquitetura do Novo Ensino Médio procuram destacar a promoção de uma educação que não se encontra mais centrada na construção de um ser dotado de pensamento crítico social, capaz de questionar, por isso, a realidade socioeconômica e política em que vive.

Não restam dúvidas, por outro lado, que esses questionamentos se mostram importante, ainda mais com as recentes declarações dadas pelo atual presidente, o senhor Jair Messias Bolsonaro. Em abril de 2019, ele postou na sua conta pessoal do *Twitter* que o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, estaria a estudar a descentralização de investimentos em cursos de Filosofia e Sociologia. Segundo ele, o motivo seria usar o orçamento do Governo Federal para ensinar leitura, escrita e a fazer conta, “e depois um ofício que gere renda para a pessoa e bem-estar para a família, que melhore a sociedade em sua volta”.

Essa repugnante ideia demonstra o suposto papel secundário que muitos procuram imputar as Ciências Sociais e Humanas, e sobretudo ao ensino de História. Tais críticas

alimentam a necessidade de se criar um público estudantil desprovido de pensamento crítico e apenas dotado de competências que os permitissem ocupar os postos e os serviços disponíveis no mercado.

Muitos pensadores da educação contemporânea, vem se colocando plenamente contra a reforma do Ensino Médio. Segundo GRABOWSKI (2017), na reportagem publicada no site Extra Classe, ela corresponde a

um equívoco político, considerando que a sociedade não participou e nem a legitimou; é um equívoco metodológico, tendo em vista que até o Ministério Público Federal (MPF) a considerou inconstitucional; e, também, trata-se de um equívoco pedagógico-epistemológico, pois mutila e fragmenta a formação humana, científica e técnica que os jovens têm direito na educação básica.

Indubitavelmente, aquilo que antes poderia ser considerado como uma preparação para os novos aprendizados previstos no Ensino Superior, agora passa a ser visto como uma preparação para o mercado de trabalho.

Já FERRETTI (2018, p. 265) indicou que essa reforma:

além de confusa, contribui também para o aligeiramento da educação profissional a ser disponibilizada pelo Ensino Médio, o qual é anunciado, em primeiro lugar, pela redução da carga horária desta, na condição de itinerário formativo e, posteriormente, conforme estatuído pelo §11º do artigo 4º, pela oferta e reconhecimento de formação profissional realizada por meio de “convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”, comprovada, tal formação, por atividades de caráter prático não escolar”.

Esse autor destaca ainda o Novo Ensino Médio procura atender as demandas do empresariado nacional, em detrimento de se oportunizar um ensino pautado no pensamento crítico social. Iremos agora, antes de avançarmos nessa discussão, apresentar as principais propostas e a estrutura do Novo Ensino Médio.

De acordo com o documento orientador disponibilizado pela secretaria de educação do estado da Bahia (2022), o Novo Ensino Médio apresenta uma arquitetura curricular composta por “Formação Geral Básica + Parte Flexível do Currículo”, as quais deverão ser desenvolvidas de modo indissociável, possibilitando ao estudante a aprendizagem de conhecimentos da Base Nacional Curricular Comum e aqueles que são específicos, necessários ao seu desempenho na vida pessoal e social e ao prosseguimento dos seus estudos.

Quanto aos componentes curriculares das áreas do conhecimento, eles estão divididos da seguinte maneira: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Matemática e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A parte flexível do currículo são os itinerários formativos em que os estudantes poderão escolher o que aprender conforme seus interesses. Segundo o Portal do Ministério da educação (2018) sobre os itinerários formativos.

Os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos, oficinas, núcleos de estudo, entre outras situações de trabalho, que os estudantes poderão escolher no ensino médio. Os itinerários formativos podem se aprofundar nos conhecimentos de uma área do conhecimento (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) e da formação técnica e profissional (FTP) ou mesmo nos conhecimentos de duas ou mais áreas e da FTP. As redes de ensino terão autonomia para definir quais os itinerários formativos irão ofertar.

O pesquisador Celso João Ferretti (2018) indica que a implementação do Novo Ensino Médio seria uma modo de desviar o olhar dos problemas que assolam a educação pública no Brasil, principalmente a ausência de pessoas capacitadas para lecionar os novos componentes curriculares, a evasão escolar, a insegurança, o sucateamento dos prédios escolares, a ausência de materiais de apoio e de recursos para desenvolver os componentes dos itinerários formativos, além a desvalorização do profissional da educação.

Muitos autores e entidades que criticam o Novo Ensino Médio, destacam sobretudo a precariedade estrutural dos prédios educacionais públicos, uma vez que eles não estão preparados para receber as mudanças propostas pelo documento orientador de implementação.

Levando-se em consideração o documento disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia sobre o Novo Ensino Médio, pode-se indicar, como se observa na imagem abaixo, que as aulas de História irão diminuir drasticamente, pela metade; de oitenta horas anuais obrigatória para quarenta horas anuais.

Matriz do Ensino Médio, de tempo parcial – 1ª série das escolas da Rede e 2ª série das escolas-piloto do Novo Ensino Médio (NEM)

Dias Letivos: 200	Semanas Letivas: 40	Dias Semanais: 05	Horários diários de aulas		Carga-horária de aula: 50 min/ diurno 45 min/ noturno	
			1ª. série		2ª. série	
			Nº h/a.	C.H. ^a Anual	Nº h/a.	C.H. ^a Anual
Formação Geral Básica/ Base Nacional Comum Curricular (BNCC)	Área de Conhecimento	Componente Curricular				
	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Língua Portuguesa	2	80	2	80
		Educação Física	1	40	1	40
		Arte	1	40	1	40
		Inglês	2	80	1	40
	Matemática e suas Tecnologias	Matemática	2	80	2	80
	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Química	1	40	1	40
		Física	1	40	1	40
		Biologia	1	40	2	80
	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas	História	1	40	1	40
		Geografia	1	40	1	40
		Filosofia	1	40	1	40
		Sociologia	1	40	1	40
	SUBTOTAL (FGB)			15	600	15
Parte Diversificada/ Flexibilização	Projeto de vida e Cidadania		2	80	2	80
	Iniciação Científica		2	80	2	80
	Produção e Interpretação Textual		2	80	2	80
	Eletiva I		2	80	2	80
	Eletiva II		2	80	-	-
	Para Além dos Números		-	-	2	80
	SUBTOTAL (Flexibilização)			10	400	10
TOTAL GERAL (FGB + Flexibilização)			25	1000	25	1000

Fonte: Documento Orientador do Novo Ensino Médio

O espaço deixado pela disciplina de História será agora ocupado por disciplinas escolares que, de acordo com a perspectiva capitalista e empresarial, permitem uma maior capacitação dos estudantes para o mercado. Trata-se de uma questão salientada por FERRETTI (2018, p. 264). Segundo ele,

no que respeita à organização curricular proposta na Lei, a formação profissional está na mesma condição dos demais itinerários formativos, ou seja, é parte do processo de formação dos alunos destacado da formação geral, representada pelo conjunto dos componentes curriculares que constituem a BNCC. Nesse sentido, constituída dos componentes que mais estritamente dizem respeito a ela, formação profissional. Ao proceder dessa forma, a Lei afina-se, pelo menos em parte, com a dualidade entre formação geral ou propedêutica e formação profissional, cujas raízes como se sabe, são de classe, questão essa já exaustivamente tratada nas produções acadêmicas sobre a história da educação brasileira.

Levando em consideração o impacto que a estrutura do Novo Ensino Médio pode ocasionar no ensino e na aprendizagem do ensino de História, a Associação Nacional de História (ANPUH), publicou, ainda no ano de 2017, uma nota dizendo o seguinte:

O Senado aprovou nesta quarta-feira a Medida Provisória que institui a reforma do Ensino Médio. Tal reforma, proposta pelo atual governo, sofreu forte resistência dentro do Congresso Nacional, de organizações e movimentos do campo social, especialmente, do educacional. Nós, representantes da ANPUH Nacional, nos manifestamos, solidariamente com outras entidades, no repúdio ao processo de proposta de uma reforma do Ensino Médio sem consulta a setores da sociedade ligados à educação. Repudiamos também o conteúdo da Reforma.

Lamentamos a decisão dos parlamentares de aprovarem uma reforma que não teve oportunidade de ser discutida com os educadores que deverão colocá-la em prática. Fazemos eco com o Movimento em Defesa do Ensino Médio. Não há nada a comemorar! Entendemos que a aprovação dessa Reforma representa mais um golpe na educação brasileira. Um golpe que afetará, principalmente, a formação de jovens e adolescentes das escolas públicas brasileiras.

Consideramos imprescindível acompanhar o processo de implantação da Reforma em cada estado da federação, e as atuações do MEC nessa área. Preocupa-nos seus desdobramentos nas condições de trabalho do docente, na formulação do currículo (Base Nacional Curricular Comum) e na produção didática. Inquieta-nos as articulações entre interesses privatizantes e mercantis na educação, a produção de materiais didáticos estruturados e padronizados, as avaliações em massa e as formas de controle na implantação do currículo.

A aprovação da Reforma se insere num cenário marcado pelo desrespeito às instituições e práticas democráticas. O avanço do autoritarismo que julgávamos extinto com o fim da ditadura militar muito nos preocupa, mas exige reação à altura. Neste contexto, cabe à ANPUH enfrentar os desafios do momento. Vamos acompanhar a ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Procurador Geral da República junto ao STF sob alegação de que a medida provisória não atendia aos pressupostos de urgência e relevância, como exige a Constituição Federal. A ANPUH estará atenta aos desdobramentos desta reforma e conclama os associados a se integrarem nessa batalha contra os desmandos que vem ocorrendo na área da educação.

Nessa nota, a ANPUH, assim como outras entidades, repudiou as mudanças de caráter mercantilistas que estavam prestes a serem implementadas na Educação Básica. O processo de isolamento e deslegitimação do ensino de História poderia acentuar as desigualdades existente no Brasil. O interesse em romper com os preceitos da democracia parecia ser a chave principal para explicar uma suposta urgência de se promover mudanças no Ensino Médio.

O conservadorismo motivaria a redução drástica do espaço então ocupado pela História na Educação Básica. Lembremos que Marcos Silva e Selva Guimarães (2018, p. 231) indicaram que:

Aprender história pode abrigar essa consciência de potenciais transformadores ou conservadores das experiências sociais, entendendo-as como fazeres humanos. Deixar de aprender história conduz a uma compreensão do mundo na condição de eterno presente; à frase “sempre foi assim e continuará a ser da mesma forma” ou à suposição de que talvez mude por acaso ou pela ação de pessoas especiais, que conduzem, de maneira incontornável, as relações de poder e outras dimensões de sociabilidade do presente. A perda de história é a ignorância das possibilidades de mudança e de escolha sobre o que merece ter continuidade ou não. É admitir um eterno presente com o papel de único horizonte de tempo que nos resta.

Vale salientar que não existiu qualquer participação da sociedade nas discussões que culminaram na aprovação do Novo Ensino Médio, contrariando assim o que deixa entender o Ministério da Educação.

Com o intuito de compreender como as mudanças propostas pelo Novo Ensino Médio estão sendo processadas nas escolas e quais os impactos que elas estão causando no âmbito do

ensino e da aprendizagem de História, procurei entrevistar docentes que atuam na Educação Básica.

Todavia, não posso deixar de dizer que o distanciamento social imposto pela COVID-19 e, conseqüentemente, a completa interrupção das atividades escolares no ensino escolar público no estado da Bahia, me impediram de entrevistar um maior número de docentes. Tão somente cinco docentes responderam aos meus constantes contatos. Os seus nomes serão aqui preservados. Farei menção a cada um deles por meio das siglas a seguir: P1, P2, P3, P4 e P5.

Todos eles acabaram responderam a um questionário composto pelas seguintes perguntas: 1. Como você, professor, se sente com a alteração da base educacional com a reforma do Ensino Médio?; 2. De que maneira essa reforma impactará o ensino-aprendizagem de História no Ensino Médio?; 3. Diante desse modelo de reforma curricular, os componentes das Ciências Humanas serão amplamente impactados ou não sofrerão tantos danos quanto a isso?; e 4. O que esperar do futuro dos professores de História no Brasil diante da reforma do Ensino Médio?

Levando em consideração as respostas dadas a cada uma das perguntas acima, pude perceber que eles se mostram preocupados, especialmente diante das incertezas sobre a permanência da disciplina de disciplina de História dentro da estrutura curricular das escolas. Inclusive, *P5* indicou que:

o tempo pedagógico que temos em sala é tão insuficiente, imagine suprimindo este. Sinto-me prejudicada no que diz respeito ao tempo disponível e ao aumento de turmas que terei para completar minha carga horária ou mesmo ter que ministrar aulas de outras disciplinas já que com certeza a estratégia será dividir e complementar para que os demais colegas da área não sejam prejudicados. Estas decisões não podem vir de cima para baixo sem escutar quem está na ativa e no chão escolar.

O aumento exponencial no número de turmas e, conseqüentemente, da carga de trabalho seria ainda ressaltado pelo docente *P3*, o qual que ressaltou que, além das “sérias perdas para os alunos”, as mudanças então propostas podiam acarretar em “mais trabalho para os professores, pois teremos que aumentar o número de turmas para completar a carga horária”.

Também se percebe uma preocupação em como dar conta de uma quantidade enorme de conteúdos com a diminuição da carga-horária da disciplina de História. Vejamos o que *P4* indicou a respeito dessa questão: “a disciplina de história, assim com todas da área de humanas, teve um grande corte em sua carga horária, logo, reduzindo também o tempo que o docente tem para poder dar conta de todos os assuntos. Fica muito complicado para o educador, também não tem espaço para trabalhar todos os assuntos desejados e ou necessários a cada realidade”.

Os docentes entrevistados demonstraram perceber que essa redução da carga-horária no Ensino Médio podia acarretar em uma diminuição do poder crítico dos estudantes, principalmente ao responderem de que maneira o Novo Ensino Médio impactaria o ensino e a aprendizagem de História. Sobre essa questão, enquanto *P5* indicou que estamos a experimentar um “retrocesso” sem precedentes, *P3* indicou que o ensino de “História não é decorar fatos e datas”, a análise dos seus conteúdos demanda tempo e maior contato com os alunos.”

Os desafios denunciados por esses professores de História são alvos da discussão proposta por MARQUES e FERREIRA (2019, p. 58). Segundo eles,

a reforma no ensino médio, que poderia dar novos contornos aos processos de aprendizagem e trazer modificações significativas ao próprio currículo, vem acompanhada da precarização do trabalho docente, da redução das especificidades disciplinares e da impertinência do notório saber como requisito para a docência em detrimento da formação. À medida que profissionais com notório saber reconhecido serão levados a assumir áreas formativas para as quais não tiveram formação assumi o risco da simplificação das abordagens em sala de aula, e consequente pauperização do ensino ofertado.

Essa precarização do exercício da profissão pode ser encontrada ainda nas respostas dadas as outras perguntas, principalmente a questionava sobre o impacto do Novo Ensino Médio em suas práticas pedagógicas. Sobre isso, *P5* revelou que “agora cabe a nós profissionais usar a criatividade e tentar nos moldar a este novo sistema de forma para amenizar este estrago, pensar em novas estratégias de ensino visando a formação de um agente histórico transformador”.

Não resta dúvida que a precariedade da atividade docente aparece como um dado concreto nos seus depoimentos. Inclusive, isso aparece de modo nítido nas respostas dadas a respeito do que se esperar do ensino da disciplina de História no Ensino Médio. Enquanto *P1* revelou que as “condições adequadas de trabalho” iriam piorar muito, *P4* revelou que: “a vida de professor no Brasil já é complicada, e o que futuro reserva ao professor de história é enigmático e até assustador, o papel de ensinar jovens a pensar criticamente, tomando o passado como uma referência, num presente tão ignorante, radical e fascista é extremamente difícil, além de seu respeito e importância estarem diminuindo no imaginário social brasileiro.

Já *P5* revelou que: “se já se falam em contratar (o que não é novidade) profissionais com notório saber sem obrigatoriedade de diploma para lecionar. Qualquer um pode ensinar então não precisa mais existir a licenciatura. Se o exercício da regência já está ameaçado, com estes ataques só permanece os vocacionados.” (*P5*)

Em suma, compreender esse processo de deslegitimação das Ciências Humanas e, em

particular, da História nos permite perceber que, de fato, o Novo Ensino Médio aparece como retrocesso dentro da política educacional do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desse estudo, pode-se perceber o quanto o Novo Ensino Médio vem causando incertezas no plano educacional, principalmente no âmbito do ensino da disciplina de História. Os depoimentos prestados pelos docentes revelam ainda o medo da precarização do magistério.

A questão principal que precisa ser levada em consideração é pensar porque a escola é importante. E porque a escola está focada em construir mão-de-obra barata para atender demandas das grandes empresas ao invés de tentar formar grandes pesadores a fim de querer transformar a sua realidade. Precisamos lutar por isso! A educação é direito de todos, direito esse que nunca pode ser tirado do ser humano.

Nas discussões acima enxergamos muitas problemáticas e especificações que a reforma do ensino médio pode trazer a sociedade em geral, sobretudo para as futuras gerações. Porém, a resistência sempre vai existir. Foi através das resistências que muitos direitos foram conquistados no Brasil, estamos nesse processo de avanço, porém devemos derrubar todas as barreiras que nos façam retroceder e retroceder.

Por fim, vale ressaltar que esse trabalho foi apenas um início de uma pesquisa que pretendo avançar para programas de pós-graduação, a proposta apresentada não foi de uma densa pesquisa teórica e de campo, até porque a reforma do ensino médio em seu caráter prático está em fase de início nas escolas, porém já podemos vislumbrar algumas questões que precisam ser pautadas. Nesse sentido foi um início de uma reflexão de uma questão que ainda está em processo de implementação nas escolas.

Referências

- BAHIA. **Secretaria de educação**. DOCUMENTO ORIENTADOR ANO DE 2022: NOVO ENSINO MÉDIO DE TEMPO PARCIAL. SEC, 2022.
- BARROS, JOSÉ D'ASSUNÇÃO. **História, Espaço e Tempo*** interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, ed. 36, 23 mar. 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. LDB, Brasília. 1961/1971.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CAIMI, Flávia Eloisa. **O que precisa saber um professor de História?** *História e ensino*. Londrina, Vol. 21 nº 2, p. 105 – 124. 2015
- DA MOTTA, Vânia Cardoso; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? *MEDIDA PROVISÓRIA No 746/2016 (LEI No 13.415/2017)*. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 38, n. 139, 2017.
- FARIAS, Isabel Maria Sabino. **A Identidade e Fazer Docente:** Aprendendo a ser e estar na profissão. In. *Didática e Docência: aprendendo a profissão*. Pág. 55 – 79. Fortaleza: Líber Livro, 2008.
- FERREIRA, Carlos Augusto Lima; MARQUES, Edicarla dos Santos. **Ensinar História no século XXI: Dilemas e Perspectivas**. 1. ed. Cruz das Almas: UFRB, 2019. cap. 3
- FERREIRA, Carlos Augusto Lima; MARQUES, Edicarla dos Santos. **Ensino de história e a reforma do ensino médio**. In: *ENSINAR História no século XXI: Dilemas e Perspectivas*. 1. ed. Cruz das Almas: UFRB, 2019. cap. 3, p. 35-64.
- FERRETTI, Celso João. **A reforma do ensino médio: desafios à educação profissional**. *Holos*, São Paulo, ano 34, v. 4, p. 261-271, 6 maio 2018.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1987. FREIRE, Paulo.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GRABOWISKI, Gabriel. **Quem conhece a reforma do ensino médio, a reprova**. [S. l.], 2017. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em: 29 jul. 2022.
- MAGALHÃES, Marcelo de Souza. **História e cidadania: por que ensinar história hoje?** In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003
- MELO, MARIA DO CEU DE. **SUPERVISÃO DO ENSINO DA HISTÓRIA: natureza e objetos**. Actas das IV Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Centro de
- Ministério da Educação. **Guia de Implementação do Novo Ensino Médio**. Brasília, 2018.

Ministério da Educação.

PEREIRA, Nilton Mullet; SEFFNER, Fernando. **O que pode o ensino de história?** Sobre o uso de fontes na sala de aula. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 28, Dez 2008.

PINSKY, Jaime. **O Ensino de história e a criação do fato:** que fato ensinar em classe? poroutras histórias no Brasil o tempo histórico no ensino. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

RODRIGUES, Icles. **O que é a escola dos Annales?** Youtube, 2017. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=2IKOIT67ALc>. Acesso em: 02 de Ago. 2022

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** 33.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.